

seguindo em todas as coisas a Sé apostólica, e publicando tudo o que foi decretado por ela, espero merecer. estar convosco numa mesma comunhão, que é a da Cátedra apostólica, na qual reside a verdadeira e inteira solidez da religião cristã, prometendo também não recitar nos santos mistérios os nomes daqueles que estão separados da comunhão da Igreja Católica, isto é, que não estão de acordo em todas as coisas com a Sé apostólica. Se eu permitir<sup>4</sup> afastar-se de mim mesmo alguma coisa da profissão que acabo de fazer, declaro-me, por minha própria sentença, no número daqueles que acabo de condenar.

( Carta ao Papa Hormisda, em 28 de março de 519, “sob o consulado do Imperador Justiniano”, *apud* Rohrbacher, **Vidas dos Santos**, vol. 14, págs. 181 – 182; São Paulo, Editora das Américas, 1 960. )

\*

\*      \*

## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

( Nesta seção são reproduzidas algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas. )

### 1. A EPIFANIA COMO TEMA MUSICAL

Poucos acontecimentos existem na história religiosa de maior significação, pela sua singeleza e pelas lições de humildade que encerra, do que aquele que se refere à visita dos reis magos ao Menino Jesus recém-nascido. Todavia, trata-se de assunto em que a tradição impera, uma vez que o relato do único evangelista que dele se ocupa ( Mateus ) é bastante sumário. Por ele pouco ficamos sabendo. Mateus fala apenas em “uns magos que vieram do Oriente”, nada nos adiantando quer sobre sua procedência, quer sobre seus nomes, número e condições sociais. A tradição incumbiu-se de preencher os claros do Evangelho, não só dando-lhes a qualidade de reis, como fixando em três o seu número e até batizando-os de Gaspar, Melchior e Baltasar. Apenas quanto à procedência nada

foi acrescentado. Sabemos apenas que eram do Oriente, o que é muito vago. Provavelmente fossem da Caldéia, pois tudo indica que eram dados a estudos de astronomia, ciência que naquele país havia alcançado grande desenvolvimento. A associação desse acontecimento com a festa da Epifania parece datar do IV século e ele, verdadeiro ou falso, certo ou errado, deitou raízes na tradição cristã da humanidade, associado ao ciclo do Natal, de cujas festividades marca o encerramento.

A festa da Epifania ocupava lugar de destaque no calendário eclesiástico da Igreja Luterana e para ela João Sebastião Bach deve ter escrito pelo menos cinco cantatas, das quais apenas duas chegaram até nós: as de nºs 65 e 132. A primeira tornou-se mais conhecida, inclusive com uma gravação reimpressa no Brasil. Inspira-se na aludida passagem de Mateus, mas o seu coro de abertura ( que dá nome à cantata ) foi extraído do verso 6 do capítulo 60 do profeta Isaías: “E todos virão de Sabá trazendo ouro e incenso para louvar o Senhor”. É este o único texto a trazer uma indicação mais precisa quanto à procedência dos magos: o país de Sabá, já assinalado no Velho Testamento quando sua rainha visitou o grande, rico e poderoso rei Salomão. Mas onde ficaria esse país de Sabá é o que ninguém pode afirmar com segurança, pois as tentativas de identificação ( tal como no caso do país de Ofir, também citado no Velho Testamento ) são as mais divergentes e até contraditórias. A associação de Sabá com a Etiópia ( a ponto do monarca deste país considerar-se descendente da famosa rainha ) é puramente conjectural e hipotética.

À festa da Epifania destina-se, também, a última parte do **Ora-tório de Natal**, de João Sebastião Bach, grandiosa obra que também pode ser encontrada em gravação reimpressa no Brasil, portanto bem mais acessível que os discos importados.

O conhecido **Oxford Book of Carols**, valiosíssima fonte para o estudo da canção religiosa, arrola 23 canções relativas à festa da Epifania, das mais variadas procedências, pois não registra apenas cânticos ingleses, mas também alemães, austríacos, franceses, americanos, escandinavos e até um “villancico” espanhol. A música do ciclo de Natal tem merecido atenção especial de numerosos estudiosos brasileiros, sendo de justiça salientar dentre eles o nome da Professora Henriqueta Rosa Fernandes Braga, da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro. ( 5 – 1 – 1 979 )

## 2. A RESPONSABILIDADE DOS HISTORIADORES PAULISTAS

Há alguns meses, o Professor Brasil Bandecchi, meu preclaro confrade da Academia Paulista de História, ofereceu-me gentilmente cópia de uma carta que recebera de um dos maiores historiadores brasileiros, o amazonense Artur César Ferreira Reis, em que este lhe sugeria escrevesse uma obra sobre a participação de São Paulo na história do Brasil. Coincidentemente, em uma de suas reuniões anteriores a Academia Paulista de História havia proposto a realização, provavelmente neste ano, de um curso — que será transformado em livro se houver condições para a sua publicação — exatamente sobre o assunto que o historiador amazonense vinha de sugerir a Brasil Bandecchi. Nem precisaria dizer que a feliz coincidência serviu para conscientizar mais ainda a entidade presidida por Lycurgo de Castro Santos Filho quanto ao interesse do trabalho proposto, considerando-se, ainda, o quanto a história de nossa terra vem sendo relegada a plano secundário, praticamente desconhecida das novas gerações, as quais, mesmo que demonstrassem interesse em conhecê-la, nem encontrariam onde estudá-la, pela inexistência de obras que dela tratem.

Ocorre-me à lembrança conversa tida há alguns anos com ilustre colega do Rio Grande do Sul. Lamentava o quanto São Paulo ignora a sua história, sendo, talvez, a única unidade da federação que não possui em suas escolas cadeiras ou cursos que a ensinem. E argumentava com exemplos de numerosos outros Estados do país. A resposta do colega gaúcho foi extremamente simpática: “Para que vocês querem estudar a História de São Paulo? A História de São Paulo é a própria História do Brasil...” E recordou, com justiça, não haver região do Brasil, mesmo as mais longínquas, que historicamente não esteja vinculada a São Paulo. Isto nos deve encher de orgulho, não há dúvida. Mas, antes do orgulho, deve chamar-nos à responsabilidade. E é justamente desta responsabilidade que se vêm compenetrando algumas entidades culturais de São Paulo, como o Instituto Histórico, o Instituto Genealógico, o Ateneu Paulista de História, que freqüentemente promovem cursos públicos versando sobre a história paulista. Infelizmente, nem sempre tais entidades têm tido condições para publicar em volume os cursos por elas promovidos. Por outro lado, a Academia Paulista de Letras e o próprio governo estadual meteram-se à empreitada de editar ou reeditar algumas obras antigas de interesse para o estudo do passado

paulista. Dezenas de volumes já foram publicados, todos criteriosamente tratados, com prefácios e notas de renomados historiadores.

Mas, embora extremamente valioso, tal trabalho vem sendo feito apenas em torno de obras monográficas. O que continua faltando são livros de conjunto, diria quase didáticos, que pudessem interessar ao leitor não especializado, que atendessem mesmo ao grande público, como existem em tantos outros Estados do Brasil, e para que, dessa forma, uma história de tanta significação na vida do país não continue tão ignorada como até agora o tem sido. ( 19 – 1 – 1 979 ).

\*

### 3. INTERESSE PELO PASSADO PAULISTANO

No dia de ontem, a cidade de São Paulo “marcou a folhinha”, como diria um cronista social. Quatrocentos e vinte e cinco anos de história bem vivida, com intensa participação na vida do país, especialmente a partir do século XVIII, quando, terminada a expansão bandeirante, a presença paulista acentuou-se praticamente por todo o território brasileiro. No ano passado, ao ensejo desta mesma efeméride, publiquei nesta folha meia dúzia de artigos subordinados ao título geral **A Lição de Piratininga**, nos quais procurei mostrar a evolução paulistana desde o minúsculo colégio jesuítico do século XVI até a grande metrópole dos nossos dias. Tudo a “vão de pássaro”, é claro, pois o assunto comportaria livros e livros. E é justamente a lembrança dos livros e livros que foram escritos sobre a cidade de São Paulo que me leva, nesta data, a buscar novas lições da história paulistana através de importantes obras que vêm de ser reeditadas por entidades culturais, editoras particulares e pelo próprio governo do município e do Estado. E como se não bastasse, a promoção de cursos sobre o passado paulistano, como o que foi promovido há pouco pelo Clube Piratininga, coordenado pelo Professor Bandecchi e que nos ofereceu a evolução de aspectos interessantíssimos da vida social, econômica, política e cultural de São Paulo, vem demonstrar que o paulistano continua tendo interesse pela sua cidade e pelo seu passado.

As edições da Academia Paulista de Letras ( cartas de Álvares de Azevedo, memórias de Vieira Bueno e de Raffard, evocações de Pelágio Lobo

sobre vultos do passado paulista ), a nova coleção **Paulística**, editada pelo governo do Estado, com obras de Arouche Rendon, Pereira Cleto, Cardoso de Abreu, Joaquim Floriano, Afonso de Freitas, Adolfo Pinto, entre outras; o Conselho Estadual de Cultura, com a reedição, para citar um só exemplo, do **São Paulo Antigo**, de Antônio Egídio Martins; a publicação, pela Editora Vozes, de um volume com todos os escritos sobre São Paulo de Teodoro Sampaio; os estudos de geografia urbana levados a efeito pelo Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo; as diversas teses universitárias versando sobre temas ligados ao passado paulista, apresentadas tanto na Universidade de São Paulo como na Escola de Sociologia e Política; os concursos sobre a história dos bairros paulistanos, promovidos pela Divisão de Arquivo de Municipalidade, iniciativa de que resultou a publicação até agora de mais de quinze volumes, tudo isso, enfim, a demonstrar quanto pode oferecer o rico filão, rico e inesgotável, que a investigação do passado paulistano continua explorando. E quanta coisa ainda por ser estudada ! Será uma pena — e para citar mais um exemplo — se a coleção **Paulística**, em boa hora promovida pelo governo estadual, e com mais de dez volumes publicados, se interromper com o término do atual governo. A **Paulística** deverá ser uma coleção permanente, aberta a todas as obras hoje raríssimas, que fizerem jus a reedições, especialmente como vêm sendo feitas, isto é criteriosamente anotadas ou precedidas de valiosos estudos introdutórios que as situem no panorama da historiografia paulista. ( 26 — 1 — 1 979 )

#### 4. AINDA O PASSADO PAULISTANO

Há pouco mais de um ano, ao ensejo do sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil, o Conselho Estadual de Cultura teve a feliz iniciativa de reeditar as obras de Almeida Nogueira e de Spencer Vampré sobre a Faculdade de Direito de São Paulo. A primeira, para a qual Celso Maria de Melo Pupo elaborou utilíssimo índice, embora não adaptado à nova edição ( tarefa que ainda poderá ser feita ), representa preciosa contribuição para a história social de São Paulo, especialmente se tivermos em conta que, a partir da instalação da Faculdade de Direito, a história da cidade de São Paulo passa, em grande parte, a gravitar em torno da vida acadêmica. A história de uma torna-se necessariamente a história da outra. Isto, aliás, foi observado pelos que visitaram São Paulo no século passado, a começar pelo Reverendo Kidder, que esteve entre nós na época da Regência, deixando substanciosa e interessantíssima descrição da capital paulista. O simpático missionário metodista chega mesmo, com evidente exagero, a

considerar São Paulo a “Heidelberg brasileira”. Historiadores mais recentes, como Ernani da Silva Bruno e o norte-americano Richard Morse, valorizaram extraordinariamente a vinculação cidade-faculdade, tomando ambos a fundação desta como um marco na história da então pequenina capital.

A lembrança da reedição dos dois “clássicos” livros sobre a Faculdade do Largo de São Francisco veio-me a propósito da referência feita em artigo anterior ao interesse pela história da cidade de São Paulo, que tem levado inúmeras instituições e editoras a reeditarem obras há muito esgotadas. Ao elenco indicado, poderiam ser acrescentadas as obras dos já citados Ernani da Silva Bruno ( “História e Tradições da cidade de São Paulo” ) e Richard Morse ( “De comunidade à metrópole” ) e, ainda, as de Afonso de Freitas ( “Tradições e reminiscências paulistanas” ), Cícero Marques ( “De pastora à rainha” ), Otoniel Mota ( “Do rancho ao palácio” ), Maria Paes de Barros ( “No tempo de dan-tes” ), Paulo Cursino de Moura ( “São Paulo de outrora” ), Geraldo de Barros ( “A Cidade e o Planalto” ), a ainda os numerosos estudos publicados por ocasião do quarto centenário da cidade, em jornais e revistas culturais, bem como trabalhos avulsos como as reminiscências de Everardo Valim Pereira de Souza, o belo ensaio de Emília Viotti da Costa sobre a influência francesa na cidade de São Paulo, para citar apenas os que me vieram à mente enquanto rabiscava estas linhas.

Por outro lado, uma obra imensa como a de Afonso de Taunay, num total de quase vinte volumes só sobre a cidade de São Paulo, de extraordinário valor documental, embora nem sempre com o espírito crítico necessário em obra de tal natureza, torna-se cada vez de acesso mais difícil, encontrada provavelmente só nas boas bibliotecas especializadas. O grande historiador levou mais de trinta anos elaborando sua obra e não chegou a concluí-la, pois os dois últimos volumes, publicados mais de dez anos após o seu falecimento, abrangem apenas até o início do Segundo Reinado. E os viajantes estrangeiros que escreveram sobre São Paulo ? E as publicações circunstanciais ( almanaques, anuários etc. ) do século passado, hoje fontes preciosas para a reconstituição do passado paulistano ? E os estudos geográficos e econômicos, como o que foi realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, pelo Instituto Geográfico e Geológico e por outras entidades ? Destes ainda pretendo ocupar-me oportunamente. ( 9 - 12 - 1 979 )

## 5. DOIS VICENTES NUM SÓ NOME

Em tempos que já vão bem longe, lá por maio ou junho de 1934, residindo no Rio de Janeiro, vim a São Paulo e tive oportunidade de comparecer ao Instituto Histórico e Geográfico para uma conferência sobre Álvares de Azevedo, que vira anunciada nos jornais. Achei curioso o conferencista chamar-se duas vezes Vicente: Vicente de Paulo Vicente de Azevedo. Dele, a única coisa que sabia é que havia, pouco antes, publicado um livro sobre o grande poeta romântico, livro esse que constituiu a base, como não poderia deixar de ser, para a conferência que proferira no Instituto da Rua Benjamin Constant. Intrigou-me o nome: Vicente de Paulo — deduzi logo —, homenagem ao grande taumaturgo, criador da benemérita obra vicentina; Vicente de Azevedo, seu nome de família. Vivendo na época fora de São Paulo, pouco sabia de sua história, embora paulista de velha cepa ( não diria quatrocentão, mas pelo menos trezen-tão ), e, assim, nada me diziam os apelidos honrosos que encontrava a denominarem o conferencista a quem ia ouvir.

Fixando-me, pouco depois, em São Paulo, onde vivi quase quarenta anos, ali realizando toda a minha formação cultural e profissional, dedicando-me à investigação do passado da terra paulista, foi-me possível aquilatar o que significou — e ainda significa — para São Paulo a família Vicente de Azevedo, que deu, inclusive, um presidente da antiga província. Conheci vários Vicentes de Azevedo, a começar por aquele, cujo nome tanto me intrigou, quando, pouco mais que um adolescente, acorri a ouvi-lo sobre o grande poeta de **Noite na Taberna**. Pois é este Vicente de Azevedo que vem de falecer há algumas semanas, abrindo, com sua morte, não apenas uma vaga na Academia Paulista de Letras, na qual sucedeu a Gama Cerqueira na cadeira patrocinada pelo Barão de Ramalho, mas um claro na cultura e na sociedade paulista.

O que mais admirei em Vicente de Paulo Vicente de Azevedo foi a sua fidelidade aos temas iniciais de sua carreira de escritor: a poesia romântica — e, conseqüentemente, os poetas românticos do Brasil. Tendo publicado seu livro sobre Álvares de Azevedo em 1931, mais de quarenta anos depois retomou o mesmo assunto, brindando-nos com **Álvares de Azevedo desvendado**. Entre um e outro, publicou **A vida amorosa dos poetas românticos** e estudos sobre Castro Alves e Fagundes Varela, além de ter cuidado da edição há pouco promovida pela Academia Paulista de Letras das cartas de Álvares de Azevedo, anotando-as e identificando os personagens nelas citados. Professor de Direito, deixou extensa e valiosa obra jurídica tendo, também, ocupado cargos públicos

de relevância no Tribunal de Justiça do Estado. Em que pese ao valor de seus estudos de Direito, creio que é mais como cultor da literatura romântica que ele será lembrado, pelos excelentes ensaios que publicou. Com sua morte, perde São Paulo uma de suas grandes figuras, que soube honrar e dignificar não apenas a sua linhagem, mas a própria terra paulista, berço e túmulo de seus antepassados há muitas gerações. ( 16 – 2 – 1 979 )

\*

## 6. COM “DE” E SEM “DE”...

Ocorre na bibliografia brasileira uma tremenda confusão a que não escapam os menos avisados e na qual, com frequência, incidem até os mais avisados: dois autores com nomes quase iguais, distinguindo-os apenas a partícula “de”, quais sejam **Alberto Faria** e **Alberto de Faria**. O primeiro é nome vinculado a Campinas, pois aqui viveu nos fins do século passado e no início do atual, tendo sido jornalista, professor de nosso tradicional Ginásio do Estado e um dos fundadores do Centro de Ciências, Letras e Artes, em cuja revista colaborou nos seus primeiros números. Trabalhou ao lado de Carlos Ferreira na “Gazeta de Campinas”, dirigiu depois, o “Correio de Campinas”, e mais tarde, fundou seu próprio jornal, “Cidade de Campinas”, que dirigiu até 1 904. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras e pertenceu também à Academia Brasileira, para a qual foi eleito em 1 918, na vaga do Barão Homem de Melo. Retirando-se para o Rio de Janeiro, de onde, aliás, era natural, faleceu em 1 925 com menos de sessenta anos, pois nascera em 1 869. Dado a estudos lingüísticos, literários e folclóricos, deixou, entre outras obras, os livros **Acendalhas**, **Aérides**, **Cartas Chilenas** e **Páginas analíticas**. A evocá-lo, existe em Campinas, uma rua no Guanabara.

O outro, o Alberto de Faria, era fluminense de Campos, pertenceu também à Academia Brasileira, viveu quase na mesma época em que o nosso Alberto Faria, sobrevivendo-lhe seis anos, pois faleceu em 1 931. Tornou-se conhecido por um grande livro sobre Mauá, publicado em 1 926 e várias vezes reeditado. Quando moço e estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, revelou-se denodado defensor da causa abolicionista. Sua biografia de Mauá, que se tornou livro clássico de nossa bibliografia histórica, fê-lo mais conhecido que o nosso Alberto Faria, embora tenha produzido muito menos.

São frequentes, como assinaei, as confusões entre um e outro, simplesmente por causa do “de” que os diferencia. O Professor Hílton Federici,

em nota ao livro de Aristides Monteiro sobre a poesia em Campinas, já chamou a atenção para essa freqüente confusão, e dela não se livrou nem mesmo um crítico de renome, como o Sr. Brito Broca, um dos maiores conhecedores da bibliografia brasileira, mas que, em suas memórias, toma um pelo outro. E, pior ainda, fez a Prefeitura de Campinas: todas as placas da Rua Alberto Faria estão grafadas Alberto de Faria ! Mais um dos lamentáveis erros de placas de ruas que venho apontando, mas que a Prefeitura teima em ignorar e, pior ainda, em negar. A homenagem campineira refere-se ao “nosso” Alberto Faria, que vinculou seu nome a Campinas, da maneira indicada. Mas, tal como está nas placas da rua, a homenagem transfere-se ao outro, ao biógrafo de Mauá, que nada tem conosco, embora respeitável.

Vêem, pois, os leitores que, bibliograficamente, um simples de tem muita importância. ( 23 – 2 – 1 979 )

\*

## 7. A VIAGEM DO VELHO ROOSEVELT

O famoso livro **Through the Brazilian Wilderness**, de Theodore Roosevelt, que foi presidente dos Estados Unidos de 1 901 a 1 909, e que costuma ser chamado de “Velho Roosevelt” para distinguir de seu sobrinho Franklin Roosevelt, que também, e por muitos anos, presidiu à nação norte-americana, foi publicado em 1 914, como resultado de sua expedição aos sertões do Brasil no ano anterior, e mereceu duas traduções quase simultâneas. A primeira, a cargo de Luís Guimarães Júnior, editada oficialmente pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, e outra, pela Companhia Editora Nacional, na prestigiosa coleção “Brasiliana”, aos cuidados de Conrado Erichsen. Tanto uma como outra vêm ilustradas com fotografias tiradas por Kermit Roosevelt e por outros membros da expedição. Os títulos diferem ligeiramente. Enquanto a da “Brasiliana” adotou título mais fiel ao original ( **Através dos sertões do Brasil** ), a do Ministério da Agricultura simplificou-o para **Nas selvas do Brasil**. Esta, aliás, chegou a ser reeditada em 1 948, ao passo que a da “Brasiliana” ficou na primeira edição. Não tenho condições para saber quem teve a prioridade de trasladar para a nossa língua uma das mais importantes obras concernentes à exploração geográfica do Brasil. Não importa. O que vale é ressaltar a contribuição das duas entidades — o Ministério da Agricultura e a Companhia Editora Nacional — para colocar a valiosa obra ao nosso alcance.

A finalidade desta nota é tão-só registrar que o livro vem de ser reeditado pela Livraria Itatiaia Editora, de Belo Horizonte, num belo volume, integrando a preciosa “Reconquista do Brasil”, dirigida pelo Professor Mário Guimarães Ferri, botânico eminente e antigo reitor da Universidade de São Paulo. Para esta reedição, preferiu a Itatiaia a tradução de Luís Guimarães Júnior, publicada originalmente pelo Ministério da Agricultura, e que, conforme se indicou, já havia merecido uma segunda edição em 1948. Esta terceira edição do livro do “Velho Roosevelt” aparece quase trinta anos depois, tempo mais que suficiente para que as edições anteriores se tornassem de extrema raridade.

A nova edição da Itatiaia, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, tem a mais apenas um prefácio do diretor da coleção, Professor Guimarães Ferri, mas infelizmente nela foram suprimidas todas as fotos que ilustravam as edições anteriores.

Nosso grande Rondon ( na época Coronel ) foi posto à disposição do antigo presidente norte-americano para acompanhá-lo “nas selvas do Brasil”, e a ele, bem como a Lauro Müller, então Ministro das Relações Exteriores, foi o livro dedicado. Aliás, a própria expedição teve o nome oficial de “Expedição Científica Roosevelt-Rondon” e quem ler o livro de Roosevelt ou os escritos posteriores de Rondon e de outros participantes da expedição, poderá aquilatar seguramente dos méritos do grande empreendimento que vinculou o nome do “Velho Roosevelt” ao nosso país, inclusive com o seu nome dado a importante rio da bacia amazônica. ( 29 - 9 - 1978 )

\*

## 8. “ENTRE CACHORROS, ENCONTREI-ME, AMIGO !”

Cheguei a conhecer o “Príncipe”, o belo cachorro que foi um dos encantos da vida de Belmiro Braga, o grande poeta de Juiz de Fora. Belmiro era o Inspetor Federal do famoso Colégio Granbery, em que eu estudava, e, como todo bom Inspetor, raramente aparecia no colégio para a sua função fiscal. Dava o ar de sua graça só quando havia papéis muito importantes a assinar e, assim mesmo, quando estes não eram levados à sua casa. Mas se o Inspetor era ausente, o Poeta era sempre presente, comparecendo a todas as reuniões literárias — e eram tantas naquela época tão já distante, em que nós, estudantes, encontrávamos nos grêmios literários nosso melhor entretenimento — participando das comissões julgadoras dos diversos concursos de poesia, declamação,

oratória, que, pelo menos meia dúzia de vezes por ano, marcavam o calendário de nosso querido colégio.

Um seu filho, na época capitão do Exército, era o Inspetor militar da região quando fui soldado, e isso fez com que meu certificado de reservista fosse assinado pelo filho, enquanto o certificado de conclusão do ensino secundário foi assinado pelo pai. Orgulho-me disto, pois os tive sempre em alta conta. Há alguns anos, precisamente no local onde ficava a casa de Belmiro Braga, encontrei um posto da gasolina e, com a maior surpresa, fui atendido por um neto do grande poeta e meu companheiro daqueles bons tempos. Tudo isso enriquece a vida...

Poucos anos depois do falecimento de Belmiro Braga seus amigos fizeram erigir no Parque Halfeld, o principal jardim da cidade, uma herma em sua memória, e num dos lados do pedestal foi gravado o perfil do “Príncipe”, e logo abaixo os versos que o poeta lhe dedicara:

“Pela estrada da vida, subi morros,  
 Desci ladeiras, e afinal te digo:  
 Se entre os amigos encontrei cachorros,  
 Entre cachorros, encontrei-te, amigo !”

Os dois últimos versos têm sido freqüentemente transcritos, mas quase sempre deturpados, da seguinte maneira: “Se entre amigos encontrei cachorros / Entre cachorros encontrei amigos.” Não. É falso o caráter de plural que lhes costuma ser dado. Deve ser no singular. Não só para efeito de rima — “digo” com “amigo” — mas também, e principalmente, porque os versos têm destino certo: foram dedicados a um cachorro, ao seu querido “Príncipe”.

Belmiro Braga está atualmente meio esquecido. O busto em sua cidade, bem como uma rua, e ainda o seu nome dado ao antigo distrito ( hoje município ) onde nasceu, vizinho a Juiz de Fora, não bastam. Os quarenta anos que nos separam de seu falecimento não devem, de modo algum, representar a pá de cal sobre uma vida inteiramente dedicada às coisas do espírito e, especialmente, às belas-letas, como jornalistas, teatrólogo e poeta, dos maiores que Minas Gerais e o Brasil possuíram. ( 27 — 10 — 1 978 )